



Julho 2009

**Recuperação do preço do petróleo melhora perspectivas de crescimento do PIB**

- ⚡ A previsão do Governo para o crescimento do PIB em 2009 foi revista de 11.8% para 6.2%, reflectindo o impacto de uma queda acentuada do preço do petróleo e a redução da produção nos primeiros meses do ano. O desempenho favorável do preço do petróleo no mercado internacional nos últimos meses e a produção acima da quota inicial fixada pela OPEP, deverão contribuir para que o crescimento da economia supere as estimativas mais pessimistas dos vários organismos internacionais (e.g. OCDE prevê uma contracção do PIB de 7.2% este ano). Em função da evolução recente do preço do petróleo e da produção acima da quota, o BPI reviu a previsão da taxa de crescimento para 2009 para -2% (antes -5%).
- ⚡ A produção petrolífera angolana atingiu 1.74 milhões de barris diários (mb/d) em Maio, acima da quota definida pela OPEP. Porém, face a este nível, existe ainda espaço para aumento de produção, face ao novo objectivo de produção média definido na revisão do OGE 2009, 1.79 mb/d.
- ⚡ A inflação situou-se em 13.95% em Junho, reforçando expectativas, que no final do ano superará o objectivo oficial.
- ⚡ Em termos homólogos, o crédito e depósitos revelam desaceleração significativa, embora mantenham taxas de crescimento na vizinhança de 50%. Efectivamente, entre Janeiro e Maio deste ano, o crédito total apresenta uma contracção de 3%, tendo-se o crédito ao sector privado expandido 15% (5% no segmento de particulares, que representa 46% do total) - taxas não anualizadas.
- ⚡ O BNA prosseguiu com o calendário de leilões de OT's, tendo o governo decidido aumentar o prémio sobre a taxa de referência, Libor 6M do dólar americano, em 100 pontos base para todos os prazos para ampliar a atractividade deste instrumento. Simultaneamente, reduziu-se o montante de oferta de BTs, o que perante uma procura forte implicou acentuada queda das taxas de colocação, agora em torno dos 6% no prazo de 364 dias.
- ⚡ O processo de re-industrialização da economia angolana está em curso, seguindo as linhas de orientação previstas no Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013. Em artigo de opinião, apresentam-se as principais características e desafios que se colocam ao sector nos próximos anos.

Cristina Veiga Casalinho  
Email: [cristina.veiga.casalinho@bancobpi.pt](mailto:cristina.veiga.casalinho@bancobpi.pt)  
Telef.: 21 310 11 84

Susana de Jesus Santos  
Email: [susana.jesus.santos@bancobpi.pt](mailto:susana.jesus.santos@bancobpi.pt)  
Telef.: 21 310 11 83

João Vítor Sousa  
Email: [joao.vitor.sousa@bancobpi.pt](mailto:joao.vitor.sousa@bancobpi.pt)  
Telef.: 21 310 10 28

Fax: 21 353 56 94  
<http://www.bfa.ao>



Angola - Cabo Ledo

## DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rui Martins dos Santos                      Director Geral

Cristina Veiga Casalinho                      Directora  
Paula Gonçalves Carvalho                      SubDirectora  
Susana de Jesus Santos  
Teresa Gil Pinheiro  
João Vitor Sousa  
Lara Cordovil Wemans

**ANÁLISE TÉCNICA & MODELOS DE TRADING**  
Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86      Fax: 351 21 353 56 94

Email: [deef@bancobpi.pt](mailto:deef@bancobpi.pt)                      <http://www.bancobpi.pt>  
<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research>                      <http://www.bfa.ao>

### Inflação desacelera ligeiramente

De acordo com o INE, depois de em Maio a inflação ter recuado pela primeira vez este ano, para 13.82%, em Junho a variação homóloga do índice de preços no consumidor voltou a acelerar, para 13.95%. Este desempenho dos preços influencia negativamente a tendência de redução dos preços e compromete o cumprimento da meta oficial. A variação mensal dos preços no consumidor foi de 1.11%.

Em Junho, a classe de Alimentação e Bebidas foi a que registou a variação mensal mais elevada (1.61%), sendo responsável por 80.1% da variação mensal do índice geral de preços. Destaca-se ainda entre as principais subidas, a componente de Vestuário e Calçado (0.05%), a componente de Hotéis, Cafés e Restaurantes (0.05%) e a componente de Bens e Serviços Diversos (0.06%).

O congestionamento no funcionamento do porto de Luanda e os respectivos atrasos que tal acarreta continuam a ser apontados como um dos principais entraves a uma descida mais significativa da inflação. Assumindo uma variação dos preços até ao final do ano equivalente a 2007<sup>1</sup>, a inflação no final do ano deverá situar-se ligeiramente acima de 12.5%, que é a nova previsão oficial, valor avançado pelo governo aquando da revisão do OGE 2009 no passado mês de Junho.

### Produção petrolífera recupera

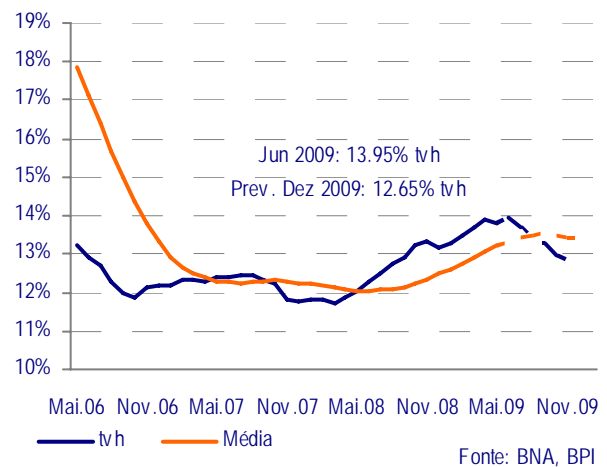
De acordo com Agência Internacional de Energia, a produção petrolífera angolana atingiu 1.74 milhões de barris diários (mb/d), em Maio, face a 1.67 mb/d, em Abril, e 1.64 mb/d, em Março. Entre Janeiro e Maio, a produção média diária foi de 1.69 mb/d. Mais, de acordo com as entregas de crude previstas, Angola deverá produzir 1.86 mb/d em Julho, e 1.76 mb/d em Agosto.

De acordo com a revisão do OGE 2009, a produção média angolana deverá situar-se em 1.79 mb/d face a 2.02 mb/d anteriormente previstos. Este valor encontra-se ainda assim acima da quota da OPEP defendida, quer pelas autoridades angolanas (1.67 mb/d), quer pela OPEP (1.55 mb/d). Assim, face à média verificada até Maio, existe margem de manobra para que Angola aumente a sua produção de forma a atingir os objectivos governamentais. A verificar-se, resultará numa contracção real do sector petrolífero menor do que a antecipada pela maioria das estimativas de crescimento presentes. Acresce ainda que o preço do barril de crude angolano, segundo o Ministério das Finanças, se encontrava no patamar dos USD 55 em Maio, acima da projecção de USD 37 incluída na revisão do OGE 2009. A diferença entre o preço registado e o nível orçamentado irá reforçar o Fundo de Reserva do Tesouro Nacional, podendo, contudo, ser utilizado no financiamento de projectos públicos com utilidade intergeracional.

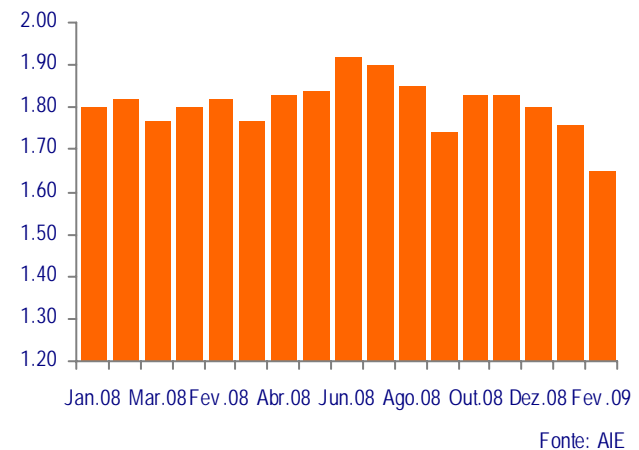
### ...Sector agrícola regista investimento significativo

O plano para o desenvolvimento do sector agrícola contempla o investimento de mil milhões de USD ao longo de 2009. O objectivo deste plano é o reforço da importância do sector agrícola na economia através do aumento do seu peso no PIB. Até

Taxa de inflação.



Produção petrolífera.



<sup>1</sup>Em 2008, os preços foram significativamente influenciados pelo nível dos preços alimentares e energéticos nos mercados internacionais.

## Análise de Conjuntura

2014/2015, as autoridades pretendem que a produção agrícola registre um crescimento médio anual de 13%, de forma a alcançar a auto-suficiência em termos alimentares. Café, açúcar, milho, mandioca e óleo de palma são algumas das culturas de exportação que as autoridades pretendem promover, mas também o desenvolvimento de bio-combustíveis se encontra nos planos oficiais.

A distribuição dos fundos será efectuada essencialmente por três meios: atribuição de linhas de crédito, construção de infra-estruturas e compra de utensílios e maquinaria agrícola. O desenvolvimento tecnológico do sector, efectuando-se uma mudança da prática de uma agricultura extensiva para uma agricultura intensiva que apresenta rendimentos superiores, é um dos propósitos das autoridades. Em conjunto com o plano para o sector agrícola, foi criado um plano de nacional de irrigação que pretende, por um lado, aproveitar de forma eficiente o potencial hídrico do país e, por outro lado, dar um importante contributo para o desenvolvimento sector agrícola. Refira-se a propósito que Angola é uma das economias austrais com maior potencial hídrico.

O crédito a conceder ao sector agrícola terá uma taxa de 6.7% e o prazo de concessão variará entre os 3 e os 15 anos com um período de carência entre 36 e 48 meses. O plano prevê a criação de 78 mil empregos directos mas as intenções das autoridades é que a iniciativa envolva cerca de 2 milhões de pessoas.

A produção de café é aquela em que se verifica maiores avanços. A produção esperada para 2009 é de 12 mil toneladas mais do dobro das 5 mil toneladas produzidas em 2008. Prevê-se um investimento de USD 280 milhões ao longo dos próximos 4 anos com o objectivo de aumentar a produção de café em 50 mil toneladas por ano atingindo as 200 mil toneladas em 2013, valor próximo do nível verificado no final do período colonial, altura em que Angola era o quarto maior produtor mundial.

O plano não se cinge estritamente ao sector agrícola, mas também ao desenvolvimento das áreas rurais estando para o efeito prevista a construção de 55 mil casas no espaço rural. Prevê-se ainda a construção de 127 escolas, mil centros médicos, 71 mercados rurais e 130 lojas de conveniência.

O desenvolvimento do sector agrícola é fundamental para uma redução dos níveis de pobreza entre uma camada abrangente da população. De forma directa, sendo um sector intensivo em mão-de-obra, permite a inclusão no processo de desenvolvimento de uma fatia significativa da população; e de forma indirecta, pois o desenvolvimento do sector agrícola permite caminhar em direcção à auto-suficiência alimentar (a qual possibilitará o acesso a uma maior quantidade) e ainda o desenvolvimento das áreas rurais evitando o crescimento desordenado do território em torno das zonas urbanas que comumente têm como resultado a criação de bolsas de pobreza.

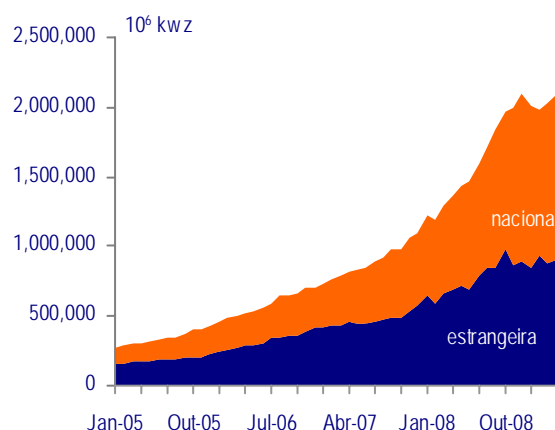
## Agregados monetários

### ...depósitos retomam trajectória de crescimento

Após decrescerem ligeiramente nos dois primeiros meses de 2009, os depósitos retomaram a sua trajectória de crescimento, embora a um ritmo menor. A variação mensal dos depósitos totais foi de 3.7%, em Abril, e de 1.6%, em Maio. A variação homóloga tem desacelerado paulatinamente desde Dezembro de 2008, situando-se em Maio em 48.6%. No mesmo mês, a variação homóloga dos depósitos em moeda nacional foi de 56.9%, enquanto que a variação dos depósitos em moeda estrangeira foi de 40.5%. Apesar do ritmo de crescimento dos depósitos em moeda nacional ser superior, estes têm vindo a desacelerar de forma mais acentuada e consequentemente o seu peso nos depósitos totais decresceu de 58% em Janeiro, para 52% em Maio.

O aumento da taxa de reservas obrigatórias de 20% para 30%, apesar da possibilidade de constituição parcial em instrumentos de dívida pública, onera significativamente a actividade bancária. Este acréscimo de custo, restringindo a liquidez numa economia com a procura em abrandamento, agrava mais as condições de restritividade económica, potenciando uma desaceleração mais acentuada. Tal facto terá um impacto positivo na retracção das importações como efeito secundário da maior contenção da procura interna.

Depósitos em moeda nacional e moeda estrangeira.



Fonte: BNA, BPI

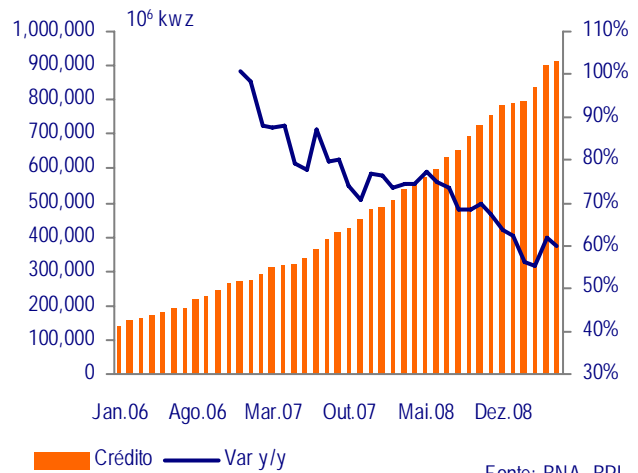
### ...crédito ao sector privado continua em crescimento

O crédito ao sector privado encontra-se em desaceleração. A variação mensal foi de 5.6%, em Abril, e de 1.8%, em Maio. A variação homóloga manteve-se acima de 60% no mesmo período, 62% e 60%, respectivamente. O crédito interno, que engloba o crédito ao sector privado e ao sector público, encontra-se em forte abrandamento tendo a variação homóloga decrescido de 134% em Janeiro, para 60.7% em Maio. Este decréscimo assenta na diminuição do crédito ao sector público que em Maio se situou no nível mais baixo desde Julho de 2008.

A distribuição do crédito por sectores de actividade em Maio de 2009 continua a mostrar que o crédito a particulares constitui a principal parcela do crédito concedido com 46%. Desde o final de 2008 até ao final de Maio o seu crescimento foi de 5%. A segunda maior parcela do crédito destina-se ao Comércio com um peso de 16% que apresenta para o mesmo período um crescimento de 7%. Actividades imobiliárias e Construção representam cerca de 7.5% do crédito concedido cada um e exibem um crescimento manifestamente superior, 19.4% e 25%, respectivamente. Tal dinamismo demonstra que o esforço de reconstrução continua apesar da conjuntura económica global adversa. Outros sectores de relevo são a Indústria extractiva (5% do total), Transportes, armazenagem e comunicações (4.7% do total) e Indústrias transformadoras (4.4% do total).

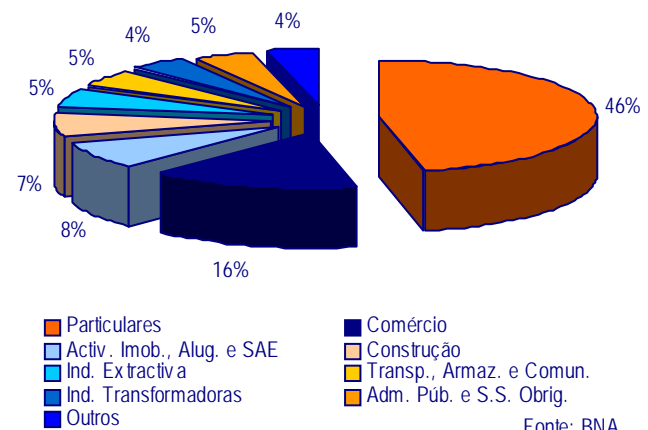
Presentemente, o sistema bancário angolano enfrenta um período de ajustamento decorrente de numerosas alterações de enquadramento que requerem tempo para adaptação e reorientação de composição de balanços, designadamente em termos de prazos. Nos últimos tempos, assistiu-se ao aumento do coeficiente de reservas obrigatórias, a serem constituídas em moeda local com a possibilidade parcial de utilização de dívida pública (o que lhe confere uma oportunidade de remuneração); à recomposição da oferta de dívida pública, passando o Tesouro a privilegiar as emissões de prazos superiores a um ano e em dólares, quando os excedentes de liquidez dos bancos tendem a concentrar-se em maturidades mais curtas e em moeda local; finalmente, a forte redução das emissões de BTs e TBC's, os instrumentos preferidos pelos bancos porque mais alinhados com as necessidades de gestão de balanço (de equilíbrio entre activos e passivos) em termos de moedas e prazos, resultou numa forte queda das taxas de colocação pressionadas pela procura. Pela subida do coeficiente de reservas, os excedentes de liquidez dos bancos regridem, disponibilizando menos fundos à economia e tendo menores necessidades de procura da dívida pública. Pelo lado dos instrumentos emitidos pelo Tesouro, a intenção de alongar prazos para reduzir esforços permanentes de refinanciamento e assegurar maior estabilidade à estrutura de endividamento que, por ausência de referenciais a maturidades superiores a 1 ano, em moeda local, justificam a adopção de taxas de mercado em USD e da inflação local, colocam um desafio à sua absorção por parte dos bancos porque a carência de instrumentos de aplicação de fundos tende a ser mais intensa em moeda local e em prazos inferiores a um ano. A capacidade de absorção de OTs pelos bancos depende da estrutura dos seus balanços. Para aumentar a atractividade das OTs em USD e incentivar a sua tomada pelos bancos, o Tesouro decidiu subir as taxas de remuneração.

Evolução do Crédito ao Sector Privado.



Fonte: BNA, BPI

Crédito por sectores de actividade (Maio 09).



Fonte: BNA

## Análise de Conjuntura

## Política monetária e cambial

## Evolução cambial recente

A política de estabilidade cambial prosseguida pelas autoridades angolanas desde 2002 foi o principal pilar para a estabilização económica, designadamente de preços. Desde Junho de 2007, o câmbio AKZ/USD (sendo o USD a moeda de referência na maioria das transacções com o exterior) manteve-se estável em torno de 75 AKZ/USD. Pressões exercidas pelo lado da procura de dólares no início deste ano levaram a que o principal câmbio de referência, o AKZ/USD, se ajustasse para 78, retomando novamente a estabilidade.

Entre Dezembro de 2008 e Maio de 2009, as reservas cambiais declinaram de USD 17.5mm para USD 12.2mm, por evolução adversa da Balança Comercial devido a uma contracção das exportações, por via do preço do petróleo, mais veloz que a redução das importações, que continuam a ser impulsionadas pelo investimento público. O ritmo de decréscimo das reservas abrandou nos últimos meses, por reversão de tendência do preço do petróleo e pelo esforço do cumprimento de regras pré-existent de controlo cambial. Simultaneamente, na procura interna despontam sinais de arrefecimento, que tendem a conter as importações.

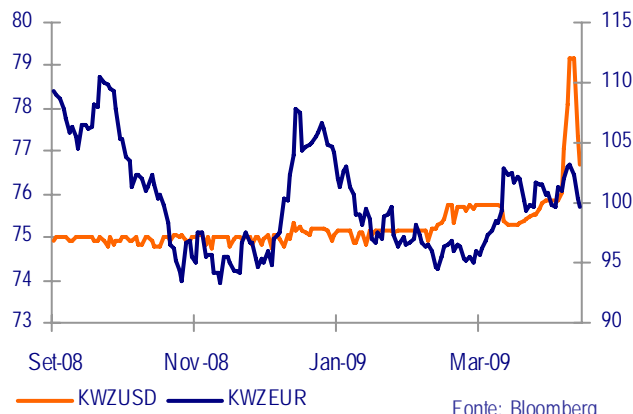
A evolução das reservas cambiais é uma medida aproximada da evolução da balança corrente pelo que se espera que a recuperação do preço do petróleo surta efeito positivo na evolução daquelas uma vez que as exportações petrolíferas respondem por cerca de 95% das exportações angolanas. Realça-se que o actual nível do preço do barril de petróleo (cerca de USD 55 em Maio, segundo o Ministério das Finanças) é superior em 41% ao preço médio verificado no primeiro mês do ano (USD 39).

...governo aumenta o *spread* das emissões de OT's

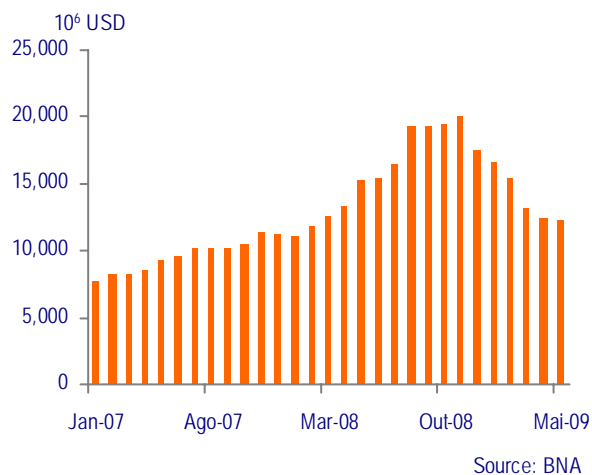
No âmbito do programa de emissão de Obrigações do Tesouro, até ao final de Junho, foram anunciadas obrigações no montante de 601.210 milhões de kwanzas tendo sido colocadas obrigações no montante global de 78.956 milhões de kwanzas correspondentes a 13.1% do montante oferecido. De forma a aumentar a atractividade deste produto financeiro, o governo decidiu aumentar o prémio sobre a taxa de referência, Libor 6M do USD, em 100 pontos base, para todos os prazos.

Nos leilões efectuados até ao aumento do *spread*, a preferência dos investidores centrou-se nas obrigações com maturidade de 4 e 3 anos, que foram responsáveis 42.5% e 35% do montante total emitido. Após o aumento do *spread*, os investidores optaram pelas obrigações com maturidade de 1 ano, que responderam por 81% do montante emitido.

Taxa de câmbio.



Evolução mensal das reservas cambiais.



## Características da emissão.

Data de realização dos leilões	Montante colocado a leilão	Montante emitido	Prazo	Taxa de Spread referência
De 8-Abr a 3-Jun	37,986,621,587	11,385,658,756	1	Libor 6M 3.0%
"	71,595,853,913	3,702,182,578	2	" 3.5%
"	124,642,447,989	23,640,452,607	3	" 4.0%
"	143,413,972,197	28,604,647,033	4	" 5.0%
De 10-Jun a 24-Jun	62,877,095,897	9,472,062,053	1	" 4.0%
"	37,939,559,588	250,519,930	2	" 4.5%
"	61,377,090,785	950,009,725	3	" 5.0%
"	61,377,090,785	950,009,725	4	" 6.0%

Fonte: BNA, BFA.

**...e diminui o montante emitido de BT's**

O montante de Bilhetes do Tesouro emitido diminuiu consideravelmente durante o segundo trimestre. Com o início do programa de emissão de OT's, as autoridades optaram por diminuir a oferta de BT's, de forma a aumentar a atractividade das OT's. Assim, entre Abril e 15 de Julho, foram emitidos 81.2 mil milhões de kwanzas, nos prazos de 182 dias e 364 dias, enquanto que no primeiro trimestre, os leilões tinham ascendido a 186.2 mil milhões de kwanzas, nos prazos de 91 e 182 dias.

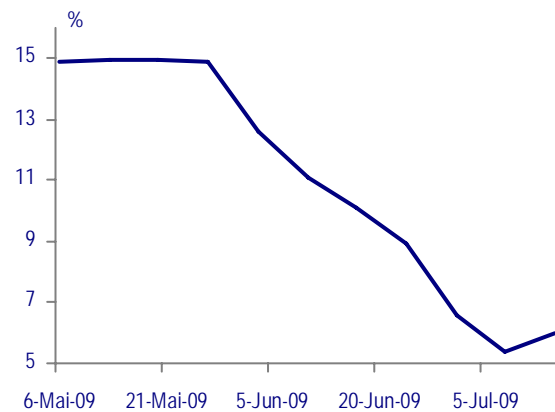
Contudo, como se referiu, os bancos encontram-se em fase de adaptação da sua gestão de activos e passivos ao aumento das reservas obrigatórias, que restringem o crescimento potencial do crédito, e a alteração da composição da oferta de dívida pública com expansão das emissões de OTs (indexadas ao USD ou à inflação e a prazos superiores a um ano) em detrimento de BTs e TBCs. Genericamente, os bancos angolanos detêm a maioria dos seus fundos excedentários em prazos curtos e em moeda local pelo que tendem a concentrar a procura de instrumentos de dívida em prazos inferiores a um ano e em kwz. Ora, as OTs, quer pela moeda quer pelo prazo, não são substitutas perfeitas de BTs e TBCs, que viram as suas emissões fortemente reduzidas. A diminuição da oferta de BTs e TBCs, existindo uma expressiva procura nos seus leilões explica a queda das taxas de colocação, bem como a maior concentração de propostas nas OTs de prazos menores e indexadas à inflação. As OTs indexadas ao USD comportam risco cambial, apesar da denominação em moeda nacional, pelo que são piores substitutos de BTs.

**Cotações de Bilhetes do Tesouro.**

	Colocado( Milhões AKZ)		Taxa média	
	Jan-Mar 09	Abr-Jul 09*	Jan-Mar 09	Abr-Jul 09*
91 dias	98,455	-	14.65	-
182 dias	87,747	34,603	14.95	10.13
364 dias	-	46,569	-	10.93

Fonte: BPI, BNA.

Nota: \*Até 15 de Julho.

**Taxas de colocação de BT's, 364 dias**

Fonte: BNA, BPI

João Vitor Sousa

## REVISÃO DAS PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO ECONÓMICO PARA 2009

Em Junho passado, as autoridades angolanas anunciaram a revisão das projecções de crescimento da economia local para 2009. Assim, aquando da divulgação do Orçamento Geral do Estado de 2009 (OGE2009) em Novembro de 2008, as previsões oficiais de crescimento do PIB apontavam para 11.8% (16.3% de expansão dos sectores não-petrolíferos e 5.9% do sector petrolífero). Posteriormente, o preço internacional do petróleo continuou a deslizar e a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) impôs cortes de produção aos seus membros. Assim, a quota atribuída a Angola passaria de 1.9 milhões de barris/dia para 1.55 milhões, o que significaria uma relevante contracção real e nominal do PIB petrolífero, bem como das receitas de exportações e do Estado angolano. Entretanto, nos mercados internacionais, o preço de referência cai de máximos de cerca de 140 USD/brl para valores na vizinhança de 35 USD/brl no primeiro trimestre de 2009. A alteração das condições do mercado internacional do petróleo entre o terceiro trimestre de 2008 e o segundo de 2009 explica a publicação de estimativas de crescimento negativo em Angola por parte dos principais organismos internacionais.

No segundo trimestre de 2009, o preço internacional do petróleo inverteu a tendência de queda, enquanto Angola, a despeito da quota fixada pela OPEP, conseguiu manter níveis de exploração petrolífera próximos de 1.7 milhões de barris/dia. Recorde-se que, segundo dados do Ministério das Finanças em Janeiro, o preço do petróleo angolano rondava USD 39 quando em Maio se situava em USD 55.9. Estas circunstâncias justificam um reajustamento das projecções de expansão mais negativas, designadamente das do BPI, que apontam agora para uma evolução real menos negativa do PIB em 2009, do que anteriormente previstas.

Importa salientar que, apesar da melhoria de conjuntura no mercado petrolífero, o PIB nominal angolano sofrerá uma contracção superior a 20%, representando uma importante perda de rendimento para a economia. Tal facto justifica uma perda de receitas para o Estado, tendendo a promover o abrandamento do ritmo de execução do plano de investimentos públicos, com impacto negativo directo nas decisões de investimento do sector privado e de consumo das famílias. Consequentemente, por virtude também do arrefecimento da procura interna, a expansão prevista dos sectores não-petrolíferos não deverá compensar integralmente a retracção do sector extractivo.

### Previsões para o Crescimento Angolano (t.v.r. do PIB, %).

	2008	2009	2010
BPI (Jul 09)	15.0	-2.0	6.0
OGE 2009 (Nov 08)	15.0	11.8	-
OGE 2009 (Jun 09)	15.0	6.1	-
OCDE (08)	11.5	-7.2	9.3
FMI (Abr 09)	14.8	-3.6	9.3
Banco Mundial (Jun 09)	15.0	-1.9	6.5
EIU (Abr 09)	13.2	-2.3	6.4

### Previsões de crescimento do PIB.

	Total	Não-petrolífero	Petrolífero
2004	11%	9%	14%
2005	21%	14%	25%
2006	19%	26%	10%
2007	24%	26%	28%
2008E	15%	19%	11%

### Previsões do Min. Finanças de Angola para 2009

em Nov 2008	11.8%	16.3%	5.9%
em Jun 2009	6.1%	14.6%	-6.1%

### Previsões BPI para 2009

em Fev 2009	-5%	4%	-14%
em Jul 2009	-2%	5%	-6%

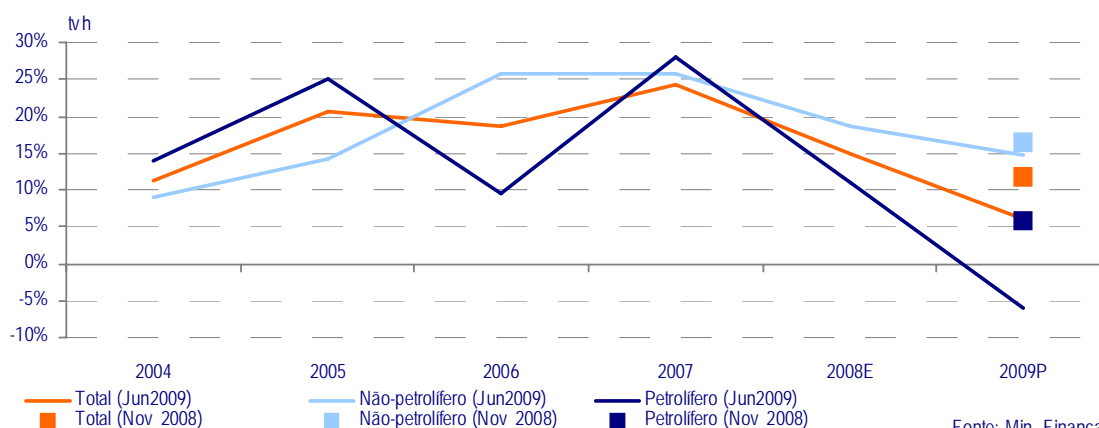
### Hipóteses das previsões BPI:

em Fev 2009: produção petrolífera de 1.55 mbpd a 40 USD/brl.

em Jun 2009: produção petrolífera de 1.75 mbpd a 48 USD/brl.

Fonte: Min. Finanças, BPI.

### Evolução do PIB angolano por sectores.

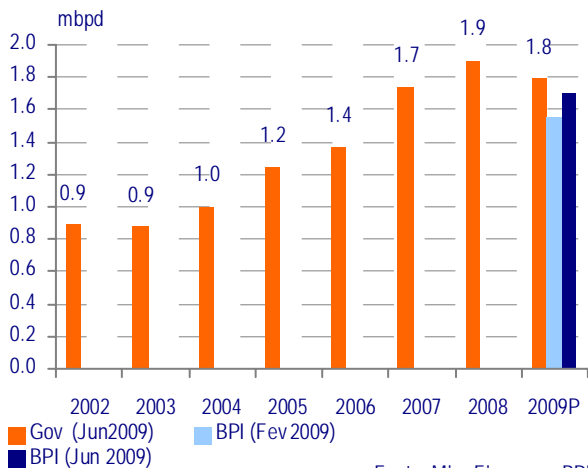


Fonte: Min. Finanças

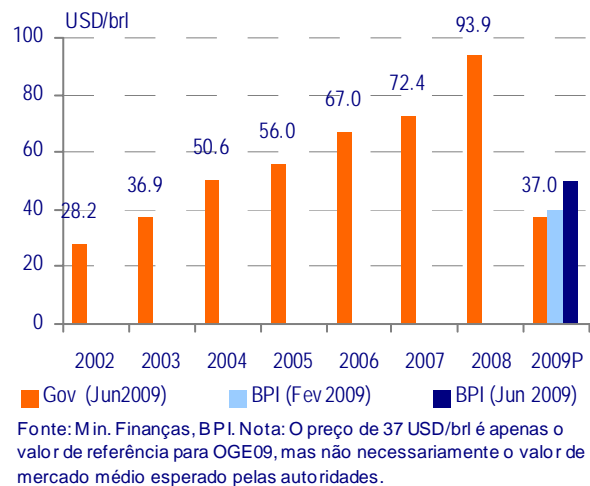
Publicadas em Junho passado, as novas estimativas oficiais de crescimento referem um andamento mais lento, que o previsto em Novembro, da economia angolana, empurrado pelo elevado dinamismo dos sectores não-petrolíferos, na medida em que a queda da produção petrolífera impõe uma contracção real do PIB deste sector. Apesar da persistência de uma expansão superior a 10% dos sectores não-petrolíferos, também estes deverão ser contaminados por um ritmo inferior de entrada de receitas oriundas das exportações petrolíferas, designadamente ao nível do possível impacto na execução do plano de investimentos públicos.

As actuais projecções oficiais estão ancoradas em níveis mais modestos de produção petrolífera e de preço deste combustível fóssil, para efeitos de orçamento, respectivamente: 1.8 milhões de barris/dia (antes 2 milhões) e 37 USD/brl (antes 55 USD/brl). A alteração dos pressupostos macroeconómicos implicou uma revisão da estimativa de défice orçamental, que, segundo informação divulgada na imprensa escrita local, passou de 7.7% do PIB para 14.7% do PIB. Esta degradação do saldo público decorre de uma queda das receitas públicas de 32.5%, sendo a contracção estimada das receitas petrolíferas de cerca de 45%. Esta retracção da arrecadação fiscal é apenas parcialmente acomodada pela redução da despesa. A despesa corrente deverá cair 9.6%, enquanto os juros pagos terão um acréscimo de 600%. Pelo lado do investimento público, a retracção será de 27%.

Evolução da produção petrolífera



Evolução do preço do petróleo



A despeito da quase duplicação do défice público, até Junho, o financiamento do Estado reduziu-se em cerca de USD 4.5 mm, na medida em que os resgates de BTs não foram integralmente compensados pelas emissões de OTs. Analisando o comportamento recente do crédito ao sector privado e dos depósitos do sistema bancário, constata-se que existe folga para acomodar um financiamento ao Tesouro na proximidade de USD 9 mm, um nível próximo do défice revisto. Por outro lado, em termos de financiamento externo, o executivo angolano conseguiu em 2009 obter linhas de crédito de cerca de USD 4.3 mm; valor aproximado das previsões de financiamento externo no OGE 2009 original. Importa ainda referir que, apesar do encerramento dos mercados internacionais, Angola está em conversações com o FMI para aceder a meios desta instituição e a Sonangol está a testar os mercados internacionais com uma emissão em dólares a 40 meses no montante de USD 1 milhão, com *spread* de 300 p.b. sobre a taxa Libor do USD.

## OGE 2009 (Revisto).

USD mil milhões	2005	2006	2007	2008 <sup>1</sup>	OGE 2009 revisto (1)	OGE 2009 inicial (2)	Varição (1)-(2)
<b>Receitas públicas</b>	12.466	20.932	28.341	41.772	21.607	31.911	-32.3%
Receitas fiscais	12.059	19.745	27.382	40.452	21.069	31.483	-33.1%
Petrolíferos	9.898	16.778	22.969	34.643	13.682	24.816	-44.9%
Preço (USD/barril)	61.4	67.0	75.0	102.2	37.0	55.0	-32.7%
Volume (mbpd)	1.2	1.4	1.7	1.8	1.8	2.0	-11.7%
Não-petrolíferos	3.304	2.968	4.412	5.809	7.387	6.667	10.8%
Doações	0.073	1.186	0.959	1.320	0.538	0.428	25.7%
<b>Despesas públicas</b>	9.870	16.005	21.335	33.356	31.724	37.895	-16.3%
Despesa corrente	8.324	10.589	14.248	21.369	20.766	22.843	-9.1%
Pessoal e bens e serviços		7.698	9.449	13.977	12.298	17.568	-30.0%
Transferências		2.227	4.120	7.184	3.152	4.509	-30.1%
Juros		0.662	0.679	0.208	5.317	0.765	594.7%
Despesas de capital	1.546	5.416	7.087	11.987	10.958	15.052	-27.2%
<b>Défi ce público</b>	2.596	4.927	7.005	8.416	-10.117	-5.984	69.1%
Varição de atrasados	-0.374	-3.302	1.771	1.037	-0.060	-0.060	0.0%
<b>Défi ce públ. com atrasados</b>	2.222	1.625	7.005	8.416	-10.177	-6.044	68.4%
<b>% do PIB</b>	7.2%	3.4%	13.4%	12.1%	-14.7%	-7.7%	-7.0%
<b>Défi ce públ. sem despesas de capital</b>	3.768	7.041	14.092	20.403	0.781	9.008	-91.3%
<b>% do PIB</b>	12.3%	14.5%	23.3%	23.9%	1.1%	13.1%	-11.9%
<b>Despesas de capital (financiadas pelo fundo) com superávi te de 1.1% do PIB (investimento público financiado fora do OGE2009).</b>					10.958		
<b>Preço médio do petróleo que permite que o investimento público seja integralmente financiado pelo Fundo de Reserva do Tesouro</b>					67		
<b>Despesas de capital (financiadas pelo fundo), mantendo défi ce de 7,7% do PIB (OGE2009 - original).</b>					6.823		
<b>Preço médio do petróleo que permite que o investimento público seja integralmente financiado pelo Fundo de Reserva do Tesouro</b>					55		

Fonte: Ministério das Finanças, imprensa angolana, BPI.

Nota: <sup>1</sup> De acordo com o OGE 2009 inicial. Porém, segundo informação recentemente divulgada pelo FMI, o superávi te público poderá ter sido USD 6.4 mil milhões.

Analisando a margem de manobra de execução do OGE 2009 revisto: sem despesas de capital, o défi ce passa de USD 10 177 milhões para um superávi te de USD 303 milhões. Assim, na realidade, a principal preocupação de execução orçamental das autoridades será o financiamento das despesas de capital. Contudo, os responsáveis pela política económica angolana já sinalizaram a possibilidade de financiamento do plano de investimentos públicos, pelo menos pontualmente, por recurso ao Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN), receptor dos fluxos resultantes do excesso de receitas petrolíferas decorrentes da diferença entre o preço do petróleo orçamentado (USD 37) e o preço efectivamente verificado (que na média Janeiro-Maio já se encontrava em USD 50.1). Considerando que o preço do petróleo angolano estabiliza em USD 55 e a produção mantém-se em 1.75 mbpd até final do ano, o reforço do fundo será na ordem de USD 7.6 mm, o que permite financiar um nível de investimento público próximo de USD 10 mm, valor do OGE revisto, considerando o financiamento externo já obtido.

## Reservas Cambiais (líquidas).



Fonte: BNA

Importa ainda referir que as condições gerais da economia angolana e os receios de pressões sobre a balança corrente aligeiraram nos últimos meses. Como a evolução das reservas cambiais atesta, o fluxo de saídas líquidas está a estancar. Tomando o andamento das reservas cambiais líquidas desde o início do ano como aproximação para os progressos no saldo da balança corrente, infere-se que, se assumissemos a evolução evidenciada no primeiro trimestre do ano para os restantes meses, a balança corrente teria um desequilíbrio negativo de cerca de 25% do PIB ou 17.1 mil milhões de USD. Todavia, considerando as variações registadas nos últimos cinco meses, este défice, no ano, cairia para 18.8% do PIB ou 12.7 mil milhões de USD. Admitindo ainda que os próximos meses do ano se comportarão como o último mês de Maio, o saldo negativo face ao exterior reduz-se para 10% do PIB ou 6.9 mil milhões de USD. Os progressos recentes ao nível do comportamento mais positivo da balança externa derivam: por um lado, da subida de preço do petróleo e do nível de exploração, que auxiliaram o estancamento da queda das receitas de exportação; e, pelo lado das importações, do arrefecimento da procura interna, induzida parcialmente pelas medidas económicas de contenção tomadas, mas também pela quebra de rendimentos entrados, que provocou adiamento de decisões de investimento e consumo, públicos e privados. A aplicação mais estrita de regras existentes de controlo cambial, que se reflectiram, também, na redução dos montantes leiloados de dólares pelo banco central, ao imporem restrições no acesso a moeda estrangeira forçaram uma desaceleração da procura de importações, cumprindo-se o objectivo pretendido de abrandamento da procura doméstica e contenção das importações. Nos tempos mais próximos, a orientação da política económica deverá manter-se inalterada, contribuindo para a retracção das importações, porquanto as exportações tenderão a recuperar por via do acréscimo do preço de petróleo.

Cristina Casalinho

## CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR INDUSTRIAL DE ANGOLA

A economia angolana iniciou nos últimos anos um ciclo de prosperidade, após o início do processo de paz, assente na valorização do sector petrolífero. Contudo, o sector da indústria transformadora encontra-se ainda numa fase muito incipiente, praticamente inexistente, o que se justifica pela devastação causada pela guerra civil que durou até 2002<sup>1</sup>. Porém, a vulnerabilidade associada às oscilações no preço do petróleo no mercado internacional, ou às variações na produção, colocam a tónica na urgência de Angola tomar medidas que relancem o sector da indústria transformadora. A isto acresce a necessidade de promover a normalização da economia, reduzindo a dependência das importações e a necessidade de criação de emprego, numa sociedade dominada por população jovem e taxa de desemprego na ordem dos 20%. A experiência de outros países em vias de desenvolvimento demonstra que a solução para um processo de crescimento sustentado e gerador de emprego está na existência de um sistema industrial estruturado, assente na actividade transformadora, que neste momento não existe em Angola, e sem o qual a economia poderá não alimentar um novo ciclo de desenvolvimento económico.

O relançamento da indústria transformadora pressupõe a existência de um conjunto de infra-estruturas - rodoviárias, água e saneamento, energia, etc -, até agora subdimensionadas, inexistentes, inoperacionais ou degradadas. Pressupõe ainda um clima político de paz e o correcto funcionamento das instituições, bem como um enquadramento legal claro e garante dos direitos de propriedade. Finalmente, refira-se a necessidade de apostar na qualificação dos recursos humanos, que permita responder atempadamente aos desafios que o processo de industrialização vai colocando.

### I. O SECTOR INDUSTRIAL ACTUAL E O PASSADO RECENTE

#### Ideias-Chave:

- 1) O sector da indústria transformadora tem ainda um peso pouco relevante no PIB;
- 2) A actividade industrial é pouco diversificada, concentrada nas categorias de Alimentação e Bebidas;
- 3) Elevado grau de dependência das importações para a satisfação das necessidades domésticas;
- 4) Constrangimentos estruturais impedem um avanço mais rápido do processo de re-industrialização;
- 5) Investimento Privado mantém-se em patamares insuficientes.

#### 1) O sector da Indústria transformadora tem ainda um peso pouco relevante no PIB

O sector da indústria representa actualmente um papel diminuto na economia, correspondendo a apenas 6.6% do PIB em 2008. Com este peso, carece de dimensão crítica que permita afirmar-se como catalizador de um modelo de crescimento alternativo ao sector petrolífero. Apesar disso, são visíveis sinais de dinamismo e tentativa de afirmação, considerando que, em 2005, correspondia apenas a 3.6% do PIB.

Em termos de comparações internacionais, as Nações Unidas<sup>2</sup> referem que, considerando o Valor Acrescentado da Manufatura (VAM), Angola compara de forma desfavorável com a média dos restantes países africanos, ou de forma mais generalizada, com a média dos países em vias de desenvolvimento (Tabela 2), onde o contributo do VAM para o PIB se situa acima dos 20%, enquanto que em Angola se situava pouco acima dos 3.50% em

**Tabela 1: Principais números da actividade industrial em Angola.**

	2005	2006	2007p	2008p
Taxa de crescimento (t.v., %)	24.9	44.73	48.17	55.3
Investimento (mln USD)				
Público	0.92	1.99	34.96	34.96
Privado	83.70	172.88	337.85	413.52
Emprego	3577	1827	4900	6800
Crédito ao sector				
Kwz	2,780	8,863	25,267	38,120
% Crédito Total	4.9	3.10	5.0	4.4

Fonte: Ministério da Indústria de Angola; Banco Nacional de Angola.

<sup>1</sup> A produção petrolífera não foi significativamente afectada pela guerra civil porque as estruturas de exploração são maioritariamente offshore.

<sup>2</sup> United Nations Industrial Development Report, UNIDO, 2009.

2006. Porém, o esforço de desenvolvimento do sector é testemunhado pela aceleração da taxa média de crescimento anual do VAM. Neste caso, Angola apresenta ritmos de crescimento mais fortes que a média dos países que lhe são comparáveis. Outros indicadores são sugestivos de um esforço de afirmação do sector como pilar da economia: o ritmo de criação de emprego tem vindo a aumentar; os níveis de investimento privado quintuplicaram no período 2005/2008; o peso do crédito concedido à actividade industrial manteve-se inalterado, mas o volume quadruplicou em termos médios anuais no mesmo período, embora continue muito aquém do verificado noutros sectores que têm apresentado maior dinamismo (construção e comércio e retalho).

**Tabela 2: Peso da Actividade Industrial - comparações Internacionais.**

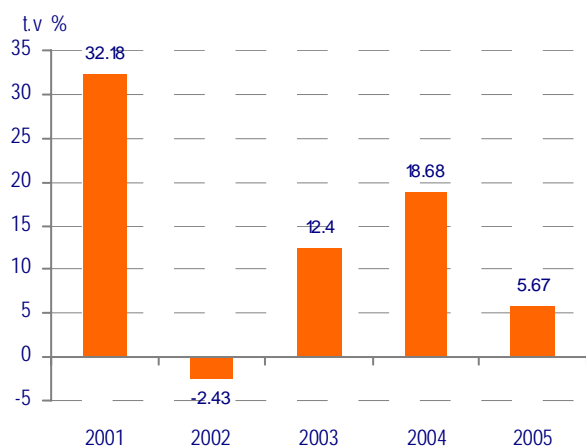
	Angola	África sub-sariana	Países em vias de desenvolv.
Valor Acrescentado Manufatura (VAM)			
<b>Taxa de média anual de crescimento</b>			
1995-2000	6.63	3.28	5.34
2000-2006	13.46	3.77	6.98
<b>VAM per capita</b>			
1995-2000	6.28	3.44	4.00
2000-2006	9.77	4.77	5.13
<b>VAM em % do PIB</b>			
1995	2.87	8.20	19.45
2000	2.89	8.15	20.66
2006	3.53	7.88	22.24

Fonte: UNIDO, Relatório de Desenvolvimento Industrial, 2009.

## 2) Actividade industrial pouco diversificada, concentrada em Alimentação e Bebidas

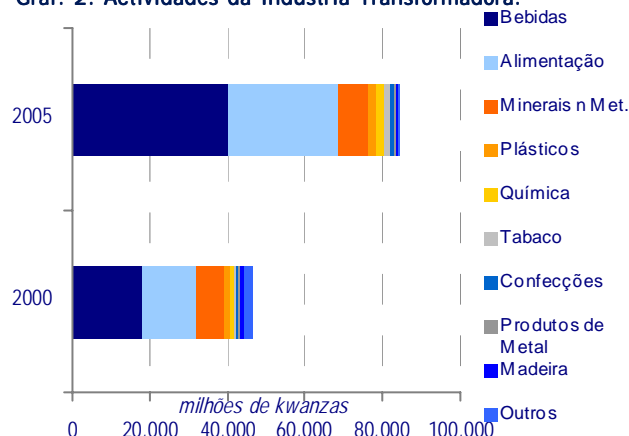
A indústria transformadora está muito concentrada, sendo que, em 2005, cerca de 75% da produção é constituída apenas por bens das categorias de alimentação e bebidas. Esta tendência tem-se vindo a agravar nos últimos anos. De facto, é um sector ainda pouco diversificado, concentrando a actividade na produção de bens de consumo de massas, com características trabalho-intensivas, pouco exigentes em termos de qualificação de mão-de-obra e geradoras de reduzido valor acrescentado.

**Graf. 1: Evolução do valor bruto de produção.**



Fonte: Ministério da Indústria de Angola

**Gráf. 2: Actividades da Indústria Transformadora.**



Fonte: UNIDO

## 3) Elevado grau de dependência das importações para a satisfação das necessidades domésticas

Angola tem tido dificuldade em afirmar-se, mesmo relativamente aos sectores onde apresenta vantagens comparativas. Angola depende fortemente das importações para a satisfação das necessidades domésticas, sendo um entrave a um desenvolvimento eficiente do sector industrial, mas também dos sectores a jusante. Não só ao nível do fornecimento de bens de consumo básico, para os quais Angola não é auto-suficiente, mas principalmente ao nível de bens de capital. Assim se justifica que as importações de Máquinas, Aparelhos, Motores e Ferramentas, eléctricos e não-eléctricos, correspondam a cerca de 30% das importações provenientes de Portugal, mas sendo também os principais itens de importação relativamente aos principais parceiros comerciais, nomeadamente Alemanha, França e EUA. Os bens alimentares transformados também têm uma forte expressão. Esta dependência das importações encarece o processo de industrialização, e torna o desenvolvimento de outros sectores também mais oneroso.

## 4) Constringimentos estruturais impedem um avanço mais rápido do processo de re-industrialização

A re-industrialização da economia assenta em vários pressupostos base, alguns dos quais ainda não estão estabelecidos. A consolidação do clima de paz, a aprovação da Lei de Bases do Investimento Privado e os melhoramentos ao nível das infra-

estruturas (porém ainda insuficientes) são conquistas dos últimos anos que constituem um incentivo ao investimento privado e contribuíram para o estancamento do processo de desindustrialização. Porém, ainda insuficientes para fomentar o crescimento da actividade. Para isso, é necessário que continue a ser desenvolvido um esforço de recuperação de infra-estruturas básicas, que permitam o correcto funcionamento da actividade, armazenagem e escoamento dos produtos. Mas também a forte aposta na qualificação dos recursos humanos que possibilite a continuidade do processo de industrialização. Assim, as autoridades angolanas referem a persistência dos seguintes factores de constrangimento:

- i) Insuficiente capacidade financeira das empresas e dos industriais, para as acções de investimentos e aprovisionamento, aliada a falta de garantias para a obtenção de créditos, junto do sistema bancário;
- ii) Escassez de recursos humanos qualificados, a todos os níveis, como factor fundamental nas carências que se observam na gestão, na produtividade e no desenvolvimento empresarial;
- iii) Parque de máquinas obsoleto e degradado, por falta de manutenção adequada e pela antiguidade dos equipamentos;
- iv) Elevado grau de deterioração das infra-estruturas básicas, particularmente a nível de acessos, energia eléctrica, água, esgotos, comunicações, transportes e escassa disponibilidade de solo industrial equipado;
- v) Dificuldade de distribuição e comercialização dos produtos acabados;
- vi) Custo elevado dos materiais de construção e dos serviços de construção civil (maioritariamente importados).

## 5) Investimento privado mantém-se em patamares insuficientes

Em consequência dos constrangimentos referidos no ponto anterior, o investimento privado tem-se mantido em níveis muito baixos. Angola situa-se em patamares muito baixos nos *rankings* internacionais de produtividade e facilidade de realização de negócios. No *ranking* de competitividade do Banco Mundial<sup>3</sup>, Angola tem vindo a melhorar, mas ainda se encontra na 168ª posição, num universo de 181 economias. Este é o reflexo da avaliação de todos os constrangimentos referidos. Designadamente, a demora na criação de empresas; o mau estado das infra-estruturas físicas e básicas; falta de mão-de-obra qualificada que permita rentabilizar o investimento. Isso tem dificultado a captação de investimento privado, que só mais recentemente começa a dar sinais de maior interesse pelos grandes projectos. Assim, nesta fase, o papel do Estado é importante, sendo o principal catalizador dos grandes projectos e criando uma base de trabalho estável para a iniciativa privada. À medida que os investidores vão tendo condições para avançar, o seu contributo tem vindo a aumentar de forma significativa. Mas ainda se mantém muito tímido e aquém do necessário para assegurar o crescimento sustentado (ver Tabela 1).

## II. O MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

### 1. PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES

As autoridades angolanas anunciaram um plano de recuperação do sector industrial, desenhado para um horizonte temporal que se estende até 2025. Esse plano retoma as orientações estratégicas adoptadas no período a seguir à independência, mas forçadas ao abandono pela guerra civil. Este é um plano que coloca o sector da indústria transformadora no epicentro da estratégia de promoção do desenvolvimento sustentado da economia, mas com uma forte interligação a montante com o sector agrícola.

A implementação deste plano tem em perspectiva atingir um conjunto de objectivos, gerais e específicos, no horizonte temporal definido. Esses objectivos passam pela recuperação das estruturas produtivas existentes, e pelo desenvolvimento daquelas onde Angola apresenta vantagens comparativas.

O Plano prevê que no período 2009-2013, as taxas anuais de crescimento da indústria transformadora se situem entre 46.5%, e em aceleração até 2013, altura em que se prevê que a actividade esteja a crescer a uma média de 58.7% por ano. Nessa altura, o Plano apresenta algumas metas quantitativas: a qualidade da capacidade produtiva disponível viável deverá ter duplicado; o emprego industrial directo deverá somar cerca de 70,374 postos de trabalho, aos quais acrescem mais cerca de 211,122 postos de trabalho indirectos; e a participação da indústria transformadora no PIB deverá alcançar os 12%.

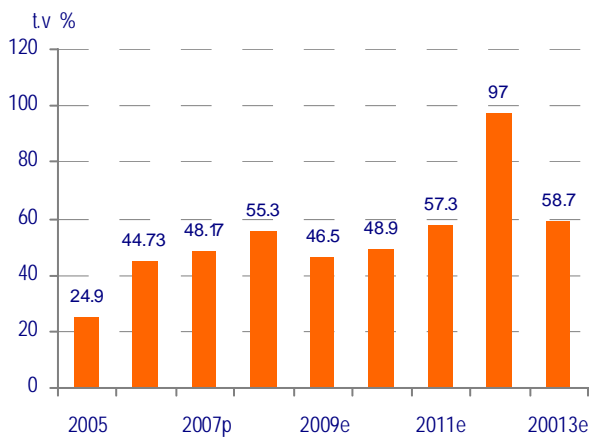
<sup>3</sup> *Doing Business 2009, Banco Mundial.*

**Objectivos específicos para 2009-2013.**

1. Melhorar, substancialmente, a qualidade da produção e baixar os preços dos produtos industriais;
2. Reabilitar o parque industrial existente;
3. Diversificar e fomentar a complementaridade da estrutura produtiva industrial;
4. Construir um segmento moderno da economia industrial, assente em tecnologia apropriada e em investigação e desenvolvimento de matriz nacional;
5. Fomentar a descentralização industrial, promovendo, em cada província, pelo menos, uma zona de concentração de unidades industriais, em consonância com os planos directores municipais;
6. Aumentar os níveis de transformação dos recursos naturais;
7. Contribuir para a coordenação de estratégias económicas empresariais que visem o incremento da produtividade, da competitividade e do aumento do emprego;
8. Proceder à reestruturação, regularização jurídica e à organização de processos de privatização de empresas industriais detidas pelo Estado;
9. Prosseguir os esforços incentivadores do investimento privado (nacional e estrangeiro).

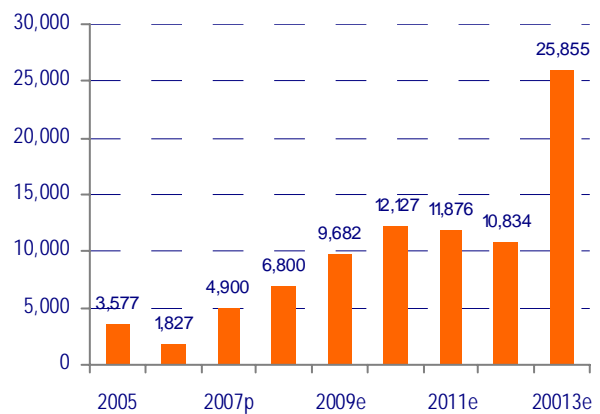
*Fonte: Ministério da Indústria de Angola, Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013*

**Graf. 3: Taxa de crescimento da actividade Industrial.**



Fonte: Ministério da Indústria de Angola

**Graf. 4: Criação de emprego directo na indústria transformadora.**



Fonte: Ministério da Indústria de Angola

Face à experiência passada de outros países no lançamento dos respectivos processos de industrialização, e face aos objectivos a que Angola se propõe, existem 4 orientações base na estratégia definida no plano 2009-2013:

**1ª Orientação**

Corresponder às necessidades básicas de alimentação, acentuadas com o próprio processo de crescimento económico e que contribuem para uma crescente procura doméstica, actualmente só satisfeita por um recurso quase integral às importações. Este objectivo é tanto mais importante dado que Angola se comprometeu na Cimeira do Milénio do Banco Mundial com o objectivo de até 2015 reduzir para metade o número de pessoas que passam fome e o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. Actualmente cerca de 68% da população angolana vive abaixo do limiar da pobreza, agravado pelo êxodo rural dos últimos anos, que levou à redução da produção agro-pecuária e a uma diminuição do rendimento disponível.

**2ª Orientação**

O desenvolvimento do sector industrial irá contribuir para reduzir o peso das importações na economia, permitindo um maior equilíbrio externo. Actualmente, a indústria nacional é insuficiente para responder às necessidades domésticas, obrigando ao recurso às importações, tanto de bens de consumo final, como de bens de consumo intermédio.

**3ª Orientação**

Criação de emprego em massa, particularmente promovendo a fixação de mão-de-obra nos centros rurais, aliviando a pressão sócio-demográfica que nos últimos anos incidiu nos principais centros urbanos devido ao êxodo rural;

**4ª Orientação**

Mercado externo. Aumentar a produção nos sectores em que Angola tem vantagem comparativa, para que possa entrar no mercado externo com os excedentes de produção, mas também subir na cadeia de valor para que este sistema possa ser sustentado no longo prazo. Para isso é necessário promover a integração regional de Angola.

**A aposta nos sectores onde Angola apresenta mais vantagens**

A primeira aposta na requalificação do sector passa por fomentar as indústrias de bens de consumo, duradouros e não-duradouros, que concorrem para a satisfação de necessidades básicas da população. Estas são actividades trabalho-intensivas, e portanto, geradoras de empregos em maior escala. Desta forma, estarão a contribuir para a queda do desemprego, aumento do rendimento das famílias, combatendo a pobreza, e simultaneamente contribuindo para a redução da dependência das importações. As importações são em grande parte de produtos primários, que desta forma serão substituídos. O governo angolano estipula as medidas necessárias nessa direcção, designando esta primeira fase de urgência, ou de **fase do relançamento industrial**, prevista para se desenvolver ao longo de 2 a 3 anos, mas que poderá estender-se até 5 anos. Nesta fase, a actividade deve concentrar-se na exploração dos recursos florestais, minerais, pesqueiros, hídricos, agro-indústria, têxtil e materiais de construção. Esta é a fase de urgência, com o objectivo de constituir um sistema com novas actividades baseadas nos recursos naturais disponíveis, e para directa satisfação das necessidades imediatas. É uma fase direccionada para o consumo de massa.

O sector exportador também deve estar no horizonte dos empresários industriais angolanos. Numa primeira fase, os resultados a este nível serão dificilmente visíveis. Dependem de um esforço que terá que ser feito no sentido de tirar partido dos sectores onde Angola apresenta vantagens comparativas, devendo promover a especialização nesses sectores. Para isso é necessário que se atinja um volume de produção que permita ter excedentes para a produção. A maior especialização e aumentos de eficiência e produção obrigam a um investimento na qualificação de recursos humanos que permitam fomentar a competitividade dessas indústrias. Por isso mesmo, este é um percurso mais lento, e só deverá gerar frutos num período de tempo mais alargado. Estes esforços e esta aposta estão contemplados nos objectivos traçados até 2013 e estão contemplados na segunda fase, designada de **fase de desenvolvimento e modernização industrial**, prevista para um horizonte de 7 anos, com aposta nos ramos industrializantes, e novas actividades ligadas à electrónica, tecnologia e montagem automóvel. No entanto, esta fase é mais ambiciosa e pressupõe que entretanto tenha sido feito todo um percurso ao nível da qualificação de recursos-humanos, o que se trata de um processo lento. Esta estratégia pressupõe ainda um trabalho ao nível da integração regional. Mas é esta fase que, uma vez consolidada, permitirá assegurar a Angola a sustentabilidade do processo de crescimento e desenvolvimento económico.

**Agro-indústria é a peça base do modelo de industrialização**

Pretende-se que a agricultura forneça a matéria-prima para a indústria de transformação, e por sua vez a indústria permita dotar o meio rural de meios de aumento de produtividade. Para que isto resulte e se torne num ciclo virtuoso, é necessário que a agricultura evolua para além do estado de mera subsistência.

Este modelo de industrialização, assente na agro-indústria, pressupõe que outros sectores se dinamizam, criando as condições necessárias à implementação da indústria. Nomeadamente, o sector agrícola, mas também o sector da construção e obras públicas, que deverá permitir a implementação de infra-estruturas necessárias.

**Tabela 3: Sectores em que Angola tem vantagem comparativa.**

Petróleo
Diamantes
Outros Recursos Minerais
Agricultura
Pecuária
Construção Civil
Transporte e Vias de Comunicação
Pescas e Recursos Marinhos
Recursos Hídricos
Recursos Florestais
Farmacopéia

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

**Tabela 4: Reformas e Medidas Prioritárias do Plano 2009-2013.**

(a) Oferta de Infra-estruturas
(b) Incentivos Fiscais e Aduaneiros
(c) Acesso ao crédito
(d) Capital Humano e Tecnológico
(e) Aquisições Públicas e Participação Accionista do Estado
(f) Processo de Privatização
(g) Investimento Privado
(h) Reforço Institucional
(i) Melhoria das Infra-estruturas
(j) Integração Económica em Blocos Regionais e Posição de Angola nas Negociações Internacionais
(k) Protecção da Indústria Nacional
(l) Normalização e Qualidade
(m) Propriedade Industrial

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

Para atingir esses objectivos, o Plano 2009-2013 propõe um conjunto de reformas e medidas prioritárias, que serão implementadas de acordo com um conjunto de Programas e sub-Programas (Tabelas 4 e 5). Dentre estes, destacam-se em particular algumas ideias. Particularmente, a criação de pólos industriais e zonas económicas exclusivas, mas também a integração regional de Angola e o reforço da protecção aduaneira e os incentivos fiscais a algumas produções consideradas mais relevantes.

## 2. MEDIDAS EM DESTAQUE.

### Pólos de Desenvolvimento Industrial (PDI) e Zonas Económicas Especiais (ZEE)

Os pólos de desenvolvimento industrial (PDI) consistem em zonas devidamente equipadas em termos de infra-estruturas básicas industriais: água, energia, telecomunicações, acessos rodoviários e/ou ferroviários, tratamento de efluentes industriais, entre outras. As empresas aqui instaladas usufruem de um conjunto de benefícios fiscais, subvenções a fundo perdido, preço bonificado do solo industrial e outras vantagens. Os PDIs têm a vantagem de permitir concentrar a actividade industrial em zonas devidamente equipadas com infra-estruturas industriais necessárias ao correcto desenvolvimento da actividade, o que se consegue de forma mais rápida e eficiente do que se as unidades industriais se encontrassem dispersas. A opção por este modelo permite a mais fácil integração das actividades relacionadas, permitindo a geração de sinergias, a gestão integrada dos recursos, donde resultará um aumento da produtividade e a competitividade das indústrias. Finalmente, refira-se que este modelo tem ainda a vantagem de permitir o desenvolvimento na região de outros sectores de actividade a montante, nomeadamente ao nível da construção civil, do sector financeiro, entre outros.

Face aos objectivos traçados no processo de re-industrialização, os PDIs estão a ser desenvolvidos tendo como prioridade o desenvolvimento das indústrias ligadas à agricultura, transformação de madeira, petroquímica e siderúrgicas, respondendo às necessidades da construção civil no país. Nos próximos anos, o Governo propõe-se a desenvolver os pólos já existentes, bem como à criação de outros. Numa primeira fase, os novos pólos previstos concentram-se junto ao litoral. Está prevista a instalação de PDIs nas províncias de Benguela, Cabinda, Luanda e Lubango. Estas localizações correspondem a zonas onde se situam os principais mercados consumidores do país, proximidade a fontes de energia, vizinhança de portos e aeroportos, existência de vias de acesso rodoviário e ferroviário, proximidade das capitais das respectivas províncias. Numa primeira fase, a aposta centra-se nos pólos mais juntos à zona litoral, mas o objectivo é avançar com a mesma estratégia para o interior do país, acompanhando as melhorias que forem sendo alcançadas ao nível das infra-estruturas, vias de comunicação, etc. Assim, o Programa do Governo prevê a implementação de PDIs em várias regiões para a produção de matérias-primas locais, de que Angola dispõe em abundância. Alguns pólos industriais têm surgido situados junto de zonas com forte potencial agrícola. Desta forma, os pólos agro-industrias permitirão também a melhoria das condições e qualidade de vida dessas populações, criando condições para as fixar, corrigindo os efeitos nefastos do êxodo rural que se observou nos últimos anos e que levaram ao congestionamentos nos principais centros urbanos.

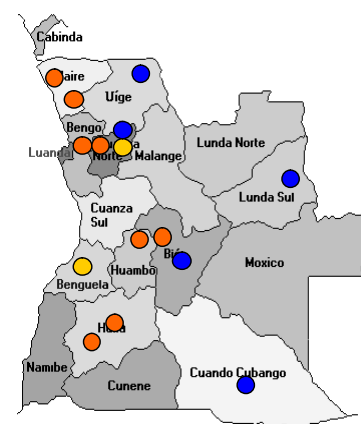
Actualmente, Angola já dispõe de três pólos industriais. O mais antigo, o Pólo de Desenvolvimento Industrial de Viana (província de Luanda) encontra-se numa província onde se concentra cerca de 75% da capacidade industrial do país, e é aqui que se situa o principal mercado consumidor do país. Outro PDI em franco desenvolvimento é o de Catumbela (província de Benguela), que se encontra a dar os primeiros passos. Notícias veiculadas na imprensa local já este mês davam conta de mais de 400 pedidos de licenciamento de espaços industriais neste pólo, dos quais 80 já dispõem de autorização para iniciar a actividade. O bom estado das vias rodoviárias e a perspectiva de que a linha ferroviária de Benguela seja reactivada brevemente têm levado a uma maior interesse dos investidores por este pólo. Esta região (eixo entre as cidades de Lobito e Benguela) já dispõe de algumas indústrias em funcionamento (ex. Coca-Cola, Cuca BGI e SOBA Catumbela).

**Tabela 5: Programas.**

(a)	Sub-Programa de Formação Profissional
(b)	Sub-Programa de Capacitação Industrial
(c)	Sub-Programa de Recuperação e Criação de Infra-estruturas Materiais
(d)	Sub-Programa de Reforço Institucional do Ministério da Indústria
(e)	Sub-Programa de Fomento da Produção Interna
(f)	Sub-Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Indústrias
(g)	Sub-Programa de Desenvolvimento de Indústrias Exportadoras Competitivas

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

**Graf. 5: Pólos Industriais em Angola.**



- Zona Económica Exclusiva
- Pólo Industrial - 1ª fase
- Pólo Industrial - 2ª fase

Fonte: Ministério da Indústria, BPI

**Tabela 6: Desenvolvimento de Infra-estruturas - Pólos de Desenvolvimento Industrial e Zonas Económicas Especiais.**

Designação	Início	Conclusão	Financiamento	Emprego	Nº empresas
<b>Pólo de Desenvolvimento Industrial de:</b>					
Viana	2006	2010	50,000,000	2000	80
Bom Jesus	2008	2010	12,500,000	2875	115
Luçala	2009	2010	30,000,000	2000	80
Fútila	2008	2009	36,750,000	2300	60
Catumbela	2009	2010	25,000,000	1000	40
Caála	2009	2010	25,000,000	1000	40
Uíge	2009	2010	25,000,000	1000	40
Soyo	2009	2010	50,000,000	2000	80
Dondo	2009	2010	50,000,000	2000	80
Kunje	2009	2010	25,000,000	1000	40
Matala	2009	2010	25,000,000	1000	40
Kassinga	n.d.	n.d.	250,000	n.d.	n.d.
<b>Zona Económica Especial</b>					
Luanda-Bengo	2009	2011	65,000,000	2000	80

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

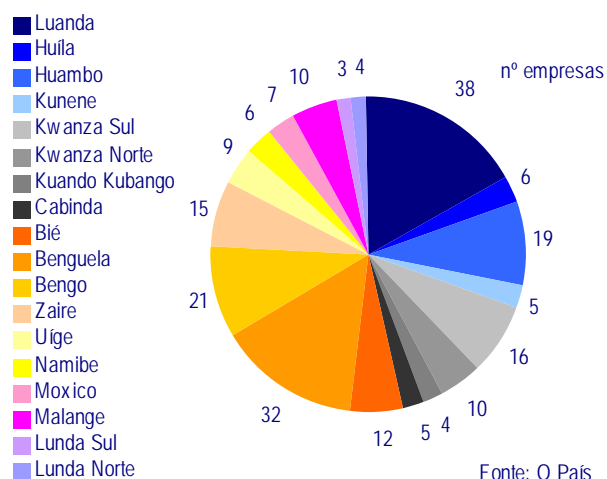
Os PDIs servem de prelúdio para o posterior avanço para a criação de Zonas Económicas Especiais (ZEE) para dinamizar os investimentos privados. Já está em curso em Viana, e está a ser considerada uma segunda na zona de Catumbela. Terá benefícios fiscais, financeiros e laborais a todos os níveis, beneficiando do estatuto de extra-territorialidade e tendencialmente serão eliminadas as barreiras burocráticas.

### Que indústrias serão desenvolvidas?

Como já foi referido, as indústrias a desenvolver serão aquelas que respondem às necessidades imediatas de bens de consumo da população e as resultantes do crescimento da actividade de construção, mas também deve obedecer ao princípio de especialização em actividades onde o país oferece vantagens comparativas.

A indústria de materiais de construção lidera a lista de intenções de investimento, tanto em termos do número de projectos como do montante previsto. O sector da agro-indústria também aglutina uma parte considerável das intenções de investimento. Em anexo apresenta-se com maior pormenor as oportunidades de negócio que surgem em cada ramo da actividade industrial.

**Graf. 6: Novas ind. de substituição de import. e fomento de export., por província.**

**Tabela 7: Indústrias de Substituição de Importações.**

Designação	Nº projectos	Orçamento (USD)	Emprego
Agro-indústria	11	846,710,000	10610
Indústria Alimentar	4	45,500,000	1010
Indústria de Materiais de Const.	24	1,811,800,000	13895
Indústria de Apoio à agricultura	2	38,200,000	360
Indústria de Curtumes e Peles	2	7,000,000	210
Indústria de Moagem	8	268,000,000	3000
Indústria de Embalagens	4	110,000,000	1400
Indústria Têxtil	6	230,000,000	3300
Indústria de Equipamento Eléctrico	3	22,000,000	560
Indústria Química	2	42,000,000	720
Indústria Metalomec. e Prod.Metal	4	282,500,000	1780
Indústria de Papel	3	64,000,000	1750
Indústria de Bebidas	4	89,500,000	1300
Indústria de Borracha	1	36,000,000	360
Indústria de Automóveis	2	45,000,000	710
Indústrias Estruturantes	7	5,973,000,000	7700
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>9,911,210,000</b>	<b>48665</b>

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

Por regiões, o surgimento dos projectos de investimento industrial recai em primeiro lugar na província de Luanda, junto dos principais centros de consumidores, inseridos no pólo de desenvolvimento industrial de Viana. Benguela também é destino de uma parte significativa das indústrias a desenvolver com o objectivo de promover a substituição de importações e a promoção de exportações.

## Emprego deverá mais do que duplicar no período 2009-2012

A capacidade de criação de empregos é um critério importante relativamente à aposta nos projectos industriais. De acordo com o Ministério da Indústria, em 2008 estima-se que o número de empregos directos existentes na indústria transformadora ascenda a 41,095. No período em análise, 2009-2012, estima-se que a implementação de projectos de investimento, de acordo com o estipulado na tabela 7, possa gerar cerca de 48,665 empregos directos adicionais. Com especial destaque para o sector da construção e da agro-indústria, que conjuntamente deverão gerar 24,505 novos empregos directos. Este valor surge considerando somente os projectos previstos no Plano oficial, pelo que a possibilidade de surgirem outras empresas industriais fora do previsto poderão levar a um nível de emprego superior. Também deverão ser considerados os empregos indirectos, difíceis de contabilizar, mas que o Ministério da Indústria prevê que possam ascender a mais de 210 mil postos de trabalho no período em análise.

## Integração regional de Angola é necessária para promover sector externo

Tabela 8: Principais produtos sob os quais recaem taxas de direitos de importação.

<b>Alimentação</b>	<b>Tabaco</b>	Reparação Naval	Fitas de Serra	<b>Plásticos</b>	Sabão
Bolachas e Biscoitos	Cigarros	<b>Metais Comuns</b>	Louça de alumínio	Cadeiras e Mesas	Colas
Conservas de Frutas	Filtros para Cigarros	Varão de Aço	Moinhos de martelos	Calçado	Esferográficas
Farinha de Fuba de Milho	<b>Têxteis e Confecções</b>	Eléctrodos	Tambores	Colchões de Espuma	Gás Carbónico
Farinha de Trigo	Vestuário	Produtos de Metal	Tubo Galvanizado	Garrafas	Insecticidas
Iogurtes	Têxteis Lar	Baldes	Tubo Preto	Grades	Pesticidas
Manteiga	<b>Madeira</b>	Beliches	<b>Minerais Não-Metálicos</b>	Cestos	Tintas e Vernizes
Queijos	Contraplacado	Alfaías Agrícolas	Cimento	Produtos Injectados	
Pão	Madeira em Toro	Tractores e Charruas	Cimento Cola	Reservatórios	
Vinagre	Laminados	Carteiras Escolares	Vidro	Sacaria e Manga	
Açúcar	<b>Máquinas e Equip. Eléct.</b>	Catanas	Papel	Tubo Polietileno	
Leite	Baterias	Chapas de Zinco	Livros Escolares	Tubo PVC	
Derivados de Mandioca	Fios e Cabos Eléctricos	Cisternas	Bem. de Papel e Cartão	<b>Química</b>	
<b>Bebidas</b>	Televisores	Tanques	Cadernos Escolares	Acetileno	
Água de Mesa	Rádios	Colchões de Mola	Blocos	Oxigénio	
Cerveja	Arcas Frigoríficas	Cutelaria	Imprensos	Cartuchos de Caça	
Refrigerantes	Frigoríficos	Embalagens Metálicas	Guardanapos	Explosivos	
Sumos	<b>Construção Naval</b>	Fechaduras	Papel Higiénico	Detergentes	

Fonte: Ministério da Indústria de Angola.

Angola não tem ficado indiferente ao processo de integração económica em curso dos países membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que tem como principais objectivos a constituição de um Mercado Comum em 2012 e a União Económica em 2018. Como tal, torna-se premente que Angola avance em alguns domínios:

- Participar nas negociações dos tratados internacionais de comércio, em coordenação com outros órgãos governamentais, nos domínios multilateral, hemisférico, regional e bilateral;
- Promover estudos e iniciativas internas destinadas ao apoio, informação e orientação da participação angolana nas negociações internacionais e relativas ao comércio;
- Desenvolver actividades relacionadas como comércio exterior e participar nas negociações junto dos organismos internacionais de modo a acautelar os interesses dos programas de desenvolvimento de sub-sectores industriais específicos;
- Coordenar os trabalhos de preparação da participação angolana nas negociações tarifárias em acordos regionais e internacionais e opinar sobre a extensão e retirada de concessões;
- Compatibilizar em articulação com os restantes órgão do governo e o sector privado os resultados das negociações internacionais no domínio do comércio, com os interesses do desenvolvimento industrial.

### III. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

O investimento privado na indústria transformadora mantém-se em níveis muito baixos, apesar da evolução positiva dos últimos anos. A falta de interesse por parte dos investidores justifica-se pelos constrangimentos à actividade, que elevam o risco do investimento. Nos últimos anos, os investidores nacionais têm demonstrado maior iniciativa, à medida que vão surgindo as condições necessárias ao desenvolvimento da actividade industrial, sendo que parte dos constrangimentos iniciais desapareceram ou estão em processo de resolução.

A isto acresce que, do lado do investimento público, tem sido visível uma discrepância entre o investimento previsto e o investimento executado, em parte justificada pela falta de recursos humanos e técnicos para o fazer. Para relançar a indústria transformadora no período proposto, o Governo prevê um investimento global de cerca de USD 10.5 mil milhões. Este investimento conta com a participação do investimento público financiado pelo Orçamento Geral de Estado, mas conta principalmente com uma parcela crescente de investimento privado de empresas nacionais, investimento directo estrangeiro e crédito internacional. De facto, a responsabilidade do OGE corresponde a apenas USD 0.4 mil milhões, para o período de 5 anos, o correspondente a cerca de 3.63% do investimento previsto total. De resto, o Estado participará na concessão de garantias, isenções fiscais e aduaneiras e na criação de legislação específica para facilitar as negociações com parceiros internacionais, mas sem participar directamente com fundos. O empresariado nacional também receberá incentivos sob diversas formas. E as taxas de juro dos empréstimos bancários devem ser reduzidas e alargado o período de amortização dos empréstimos.

As linhas de crédito da China surgem como um dos principais veículos de financiamento deste projecto, correspondendo a praticamente 20%. Mas é a componente de investimento estrangeiro directo que deverá assegurar a maior parcela, correspondendo a mais de 60% do investimento total. Este elemento levanta interrogações sobre o nível de execução do plano, dadas as condições dos mercados internacionais, a redução da propensão ao risco em termos globais, a capacidade de resposta célere da ANIP, a atractividade de Angola ao nível de ambiente de negócios, ilustrados pelo seu fraco desempenho em termos de *rankings* internacionais, entre outros.

Quanto à repartição do investimento por projectos, verifica-se que o principal esforço será canalizado para o desenvolvimento de indústrias exportadoras competitivas. Este objectivo deverá consumir cerca de 64% do total. O investimento na promoção da produção interna deverá absorver cerca de 32% do investimento total. Mas, apenas uma pequena parte será dirigida para o programa de reconstituição do capital humano: 0.4% do total, o correspondente a USD 38 milhões. Neste domínio, o investimento terá como objectivo promover a formação profissional e a capacitação industrial, reconhecendo que esta é uma condição necessária para a médio e longo prazo assegurar a necessária sofisticação para promover o crescimento sustentado.

**Tabela 9: Orçamento Global do Programa de Médio Prazo: 2009-2013.**

	Montante (USD)
<b>A) Programa de Reconstituição do Capital Humano</b>	
A.1. Sub-Programa de Formação Profissional	14,000,000
A.2. Sub-Programa de Capacitação Industrial	24,000,000
Sub-Total	38,000,000
<b>B) Programa de Apoio ao Sector Privado</b>	
B.1. Sub-Programa de Recuperação de Criação de Infra-estruturas materiais	370,000,000
B.2. Sub-Programa de Reforço Institucional do Ministério da Indústria	29,200,000
B.3. Sub-Programa de Fomento da Produção Interna	3,357,789,225
B.4. Sub-Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Indústrias	19,035,331
B.5. Sub-Programa de Desenvolvimento de Indústrias Exportadoras Competitivas	6,758,000,000
Sub-Total	10,534,024,556
<b>TOTAL</b>	10,572,024,556

Fonte: Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013, Ministério da Indústria de Angola.

**Tabela 10: Financiamento do Programa de Médio Prazo: 2009-2013.**

	Peso no Total (%)	Montante (USD)
<b>A) Fontes Internas</b>		
A.1. Orçamento Geral de Estado	383,200,000	3.6%
A.2. Recursos Próprios dos Industriais Privados	1,193,958,856	11.3%
Sub-Total	1,577,158,856	14.9%
<b>B) Fontes Externas</b>		
B.1. Linha de Crédito da China	2,042,665,700	19.3%
B.2. Linha de Crédito da Índia	60,200,000	0.6%
B.3. Linha de Crédito da Coreia	24,000,000	0.2%
B.4. Linha de Crédito de Israel	110,000,000	1.0%
Sub-Total	2,236,865,700	21.2%
<b>C) Fontes Externas com Participação do Estado</b>		
C.1. Projecto de Alumínio (1 Fábrica)	4,058,000,000	38.4%
C.2. Projectos de Metanol, Amónia e Ureia	950,000,000	9.0%
C.3. Projectos de Polímero e Etileno	1,100,000,000	10.4%
C.4. Projecto de Ácido Fosfórico	650,000,000	6.1%
Sub-Total	6,758,000,000	63.9%
<b>TOTAL</b>	10,572,024,556	

Fonte: Plano de Médio Prazo para o período 2009-2013, Ministério da Indústria de Angola.

## Anexo

**Principais oportunidades na indústria transformadora: 2009-2012**

<b>Indústria</b>	<b>Principais oportunidades</b>
Agro-Indústria	Açúcar e álcool; óleo de palma; óleo alimentar vegetal; conservas de horto-frutícolas; descasque, branqueamento e embalagem de arroz; farinha de mandioca; produção de café moído.
Alimentar	Chocolates, bolachas e biscoitos; conservas de peixe; tratamento de mel e de cera; massa alimentar diversa.
Curtumes e Peles	Calçado diverso; artigos diversos de pele e chifres.
Materiais de Construção	Azulejos e diversa louça sanitária; telhas, tijolos, abobadilhas e diversos artigos de cerâmica para construção civil; varão de aço para construção civil; vidro para portas, janelas e divisórias diversas; fechaduras de metal; tintas, vernizes, diluentes e betumes; ladrilhos e mosaicos diversos; massa para colocação em estradas; pregos diversos; brita para construção civil; asfalto para construção e reparação de estradas; cal; chapas de zinco; caixilharia de alumínio; fios e cabos eléctricos de baixa e alta tensão; aglomerados visando o fabrico de mobiliário; artigos diversos de carpintaria; mobiliário doméstico e de escritório; soalhos e pavimentos de madeira; explosivos e cartuchos de caça; arame farpado e malha sol.
Apoio à Agricultura	Tractores e alfaias agrícolas; catanas, serras, enxadas, machados, etc.
Moagem	Farinha e subprodutos da moenda de trigo; farinha e farelo de milho; conservação de trigo em grão; rações para animais; embalagens de cartão; sacaria de rafia; embalagens de metal; embalagens e artigos diversos de plástico.
Têxtil	Descaroçamento de algodão para fabricação de fios e tecidos; fios de algodão; tecidos de algodão.
Equipamento Eléctrico	Montagem de aparelhos de ar condicionado; montagem de rádios e de televisores; montagem de frigoríficos e de arcas frigoríficas.
Indústria Química	Produção de sabão azul e branco; produção de napa e de encerados.
Metalomec e produtos de metal	Cisternas, tanques para água, contentores, etc; construção e reparação de navios diversos calados; louças de alumínio; colchões de mola.
Papel Bebidas	Papel reciclado; artes gráficas e edição de publicações; livros escolares e fabricação de partes gráficas e edição de publicações. Engarrafamento de água mineral; produção e engarrafamento de refrigerantes; produção e engarrafamento de cervejas.
Borracha	Produção de pneus recauchutados.
Indústria Automóvel	Montagem de camiões; montagem de bicicletas motorizadas.

Fonte: Ministério da Indústria de Angola, BPI.

## Base de Dados

**Principais Indicadores Económicos**

	2005	2006	2007	2008P
População	15.9	16.4	16.9	17.4
PIB <i>per capita</i>	2861	3462	4155	4842

Fonte: EIU.

**Produto Interno Bruto**

	2005	2006	2007	2008P
PIB (mil milhões Kwz)	2669.6	3990.3	4637.7	6413.4
PIB (mil milhões USD)	30.6	45.2	61.3	96
PIB (% t.v.r.)	20.6	18.6	23.3	15.6
Petrolífero	26	13.1	20.4	11.7
Não-petrolífero	14.1	25.7	25.7	20.5
Composição do PIB (por sectores)	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultura, Floresta e Pescas	7.2	7.3	7.7	8.2
Petróleo e Gás	62.9	55.7	55.8	58.3
Diamantes	4.3	2.3	1.8	1.2
Indústria Transformadora	3.6	4.8	5.3	6.6
Electricidade e Água	0.0	0.1	0.1	0.1
Construção	3.2	4.3	4.9	4.4
Comércio	12.4	16.8	16.9	15.3
Serviços não transaccionáveis	6.3	8.7	7.5	6.0

Fonte: Ministério das Finanças.

**Previsões para o Crescimento Angolano (t.v.r. do PIB, %)**

	2008	2009	2010
BPI (Jul 09)	15.0	-2.0	6.0
OEG 2009 (Jun 09)	15.0	6.2	-
OCDE (08)	11.5	-7.2	9.3
FMI (Abr 09)	14.8	-3.6	9.3
Banco Mundial (Jun 09)	15.0	-1.9	6.5
EIU (Abr 09)	13.2	-2.3	6.4

**Índice de Preços no Consumidor**

	2005	2006	2007	2008
Taxa de Inflação (IPC, %)	18.5	12.2	11.8	13.2

Fonte: Banco Nacional de Angola.

**Sector Externo**

	2005	2006	2007	2008P
Exportações (USD)	24277	33335	42728	72730
Importações (USD)	15124	17119	23919	33103
Saldo Balança Comercial (%PIB)	51.4	49.3	47.3	55.8
Saldo Balança Corrente (%PIB)	16.8	23.3	11.3	18
Reservas Externas Líquidas (USD milhões)	3151	8560	11361	1800

Fonte: Ministério das Finanças

**Contas Públicas**

	2005	2006	2007	2008P
Receita Total (%PIB)	40.7	46.4	46.7	47.6
Despesa Total (%PIB)	33.3	31.6	35.2	35.2
Saldo Orçamental (%PIB)	7.4	14.8	11.5	12.4

Fonte: EIU.

**Principais Varáveis Financeiras**

	2005	2006	2007	2008
Taxa de Câmbio				
'31 Dez				
USD/AKZ	80.8	80.3	75.0	75.2
EUR/AKZ	95.6	105.7	109.4	104.9
Média				
USD/AKZ	87.2	80.2	75.0	75.1
EUR/AKZ	108.1	100.9	105.2	110.3
M3 (mil milhões AKZ)	431	688	1027	2099
Taxas de Juro Nominais (Kwz)				
Até 180 dias	46.87	15.32	14.19	11.97
Mais de 1 ano	62.59	14.91	9.23	10.48

Fonte: Ministério das Finanças, Bloomberg, Banco Nacional de Angola.

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

**BANCO BPI. S.A.**

Rua Tenente Valadim, 284  
Telef.: (351) 22 207 50 00

4100 - 476 PORTO  
Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º  
Telef.: (351) 21 724 17 00

1269-067 LISBOA  
Telefax: (351) 21 353 56 94